

INFORMATIVO ATI39

ASSESSORIA TÉCNICA INDEPENDENTE 39/**NACAB**
(NÚCLEO DE ASSESSORIA ÀS COMUNIDADES ATINGIDAS POR BARRAGENS)



FALA COMUNIDADE!
página 4

**ATI 39 VISITA
ROTAS DE FUGA**
página 8

EDITORIAL

Barragem, zonas de auto salvamento (ZAS) e rotas de fuga são palavras que fazem parte do cotidiano dos atingidos e atingidas de boa parte das comunidades atendidas pela Assessoria Técnica Independente. No entanto, para algumas delas, consideradas como parte da ZAS, essas palavras tornaram-se parte do vocabulário diário.

ZAS, ou Zona de Autossalvamento, é a forma como são definidas as áreas que se encontram à jusante de uma barragem. E viver em uma ZAS significa conviver diariamente com a insegurança e a possibilidade de presenciar um evento inesperado, como é o caso dos atingidos que vivem em Passa Sete e Água Quente.

Além dessas, outras comunidades também convivem com placas de sinalização, caminhos e estradas que levam a pontos de encontro e rotas de fuga. Essa é, também, uma realidade enfrentada pelos moradores das 11 comunidades assessoradas pela ATI 39 Nacab.

Elizete Pires e Katia Firmino, presentes na sessão “Fala Comunidade!”, retratam o cotidiano, os sentimentos, as percepções e expectativas de quem vive à sombra de uma barragem, convivendo com placas de sinalização, rotas e fuga e incertezas.

Pela definição apontada pela a IT CEDEC 01/2021, uma rota de fuga é: “caminho seguro, que apresente boas condições de trafegabilidade a pé, que deve ser percorrido pelas pessoas que estão dentro da área de risco em direção à área segura.”

Na matéria “ATI 39 visita rotas de fuga”, apresentamos, após uma análise criteriosa, cuidadosa e qualificada, elaborada por nossos colaboradores, um relato preciso sobre as condições desses recursos tão importantes em caso de uma eventual necessidade, apontando soluções e possibilidades para potencializar seu uso efetivo e seguro.

É disso que trata esta edição do Informativo ATI39 Nacab: buscar, através da participação e da escuta ativa, compreender as expectativas, necessidades e anseios das comunidades e colaborar para que sejam satisfeitos ou superados, em todos os sentidos. Este é um dos objetivos do trabalho da ATI e para isso estamos à disposição das comunidades.

Desejamos uma boa leitura!



Por Lacy Aguilar
Coordenadora da
equipe de Secretaria Executiva
e Comunicação

POR DENTRO DA ATI

QUAL É A ESTRUTURA DA EQUIPE TÉCNICA?

A equipe técnica da ATI 39 Nacab possui 18 vagas de analista multidisciplinar. Hoje, 16 delas estão ocupadas por profissionais das seguintes áreas de conhecimento: engenharia agrônoma, engenharia ambiental, engenharia civil, geografia, ciências biológicas, arquitetura, ciências sociais, psicologia, assistência social, turismo.

Para melhor atender as demandas e acompanhar as ações inscritas no Plano de Trabalho (PTr) foram criadas temáticas específicas dentro da equipe. São elas: **licenciamento ambiental que monitora o meio físico e biótico** (recursos hídricos, qualidade do ar, ruído) e **gestão territorial; gestão de riscos** (aspectos ligados à barragem de rejeitos e diques); **reassentamento e reestruturação produtiva; patrimônio e cultura; gestão psicossocial; diagnósticos e cadastro**; e a temática associada às **demandas de patologias estruturais e vibrações**.

Dentro do PTr, os principais blocos de ação que a equipe atua são o acompanhamento de planos e programas da Anglo American com as comunidades, gestão de demandas, ações de formação, atualização de dados e diagnósticos. As principais demandas coletivas das comunidades atingidas estão relacionadas a qualidade e acesso aos recursos hídricos; a qualidade do ar; especificamente em Itapanhoacanga o turismo de base comunitária; monitoramento do patrimônio na comunidade do Sapo; capacitações sobre o Plano de Ação de Emergência para Barragens de Mineração (PAEBM) voltadas principalmente para as comunidades dentro da Zona de Autossalvamento (ZAS).

Além das demandas coletivas, a equipe acompanha demandas individuais dos atingidos, como acolhimento e encaminhamento de assuntos voltados ao escopo psicossocial. Os analistas multidisciplinares, também, prestam apoio à equipe jurídica para análise de laudos e acompanhando durante o Programa de Negociação Opcional (PNO). Vale destacar o início do trabalho com os reassentados que tem se mostrado bastante positivo.

A equipe de analistas realizou encontros com a Defesa Civil; Centros de Referência de Assistência Social (Cras) da região das 11 comunidades assessoradas; com a Secretaria de Meio Ambiente e a Secretaria de Cultura e Patrimônio de Conceição do Mato Dentro; e com o secretário de obras de Alvorada de Minas, com o intuito de levar as demandas dos atingidos ao poder público e, também, de colher informações e firmar possíveis parcerias.

Por último, a equipe técnica atua diretamente com quatro condicionantes específicas 42, 46, 47 e 50 do licenciamento ambiental do STEP 3.

Nos últimos 7 meses de trabalho da equipe foram produzidos 4 relatórios técnicos: 1) Condicionante 46; 2) Condicionante 42; 3) Prognóstico do reassentamento; 4) Relatório de dados socioambiental do cadastro para as 4C (Sapo, Beco, Cabeceira do Turo e Turco).

Além destes, mensalmente são produzidos relatórios menores como, por exemplo: monitoramento de qualidade do ar, monitoramento da qualidade dos recursos hídricos que auxiliam na qualificação das demandas.

O objetivo principal da equipe técnica nos próximos meses é comunicar as comunidades sobre as informações levantadas até o momento e construir coletivamente propostas de melhoria para as ações já desenvolvidas pelo empreendedor.



Por Juliana Sampaio
Coordenadora da
equipe Técnica

Se você, leitor, tiver alguma sugestão de pauta ou texto para contribuir com a construção do nosso Informativo ATI 39/Nacab, sinta-se a vontade para compartilhar conosco. Juntos, podemos mais!

EXPEDIENTE ATI 39

EDIÇÃO DE FEVEREIRO DE 2022

Produção: Coordenação de Secretaria Executiva e de Comunicação (COSEC) | **Responsável Editorial:** Lacy Aguilar | **Textos:** Júlia Militão e Samuel Medeiros | **Revisão:** Lacy Aguilar, Ana Beatriz Barros e Maria José | **Diagramação:** Júlia Militão | **Fotos:** Samuel Medeiros | **Impressão:** Artes gráficas Formato | **Tiragem:** 500 exemplares

@nacabmg
facebook.com/nacabmg
www.nacab.org.br
ati39.lacyaguilar@nacab.org.br

Rua Capitão Miguel Safe, 180, Centro - Conceição do Mato Dentro, MG | CEP: 35.860-000
Rua Dâmaso, 55, São Sebastião do Bom Sucesso - Conceição do Mato Dentro, MG | CEP: 35.862-000
Rua Santo Antônio, 30, João Braz - Viçosa, MG | CEP: 36.576-208

Contatos:

Fernando: (31) 97155-4657 (Conceição do Mato Dentro) | Larissa: (31) 97113-1893 (Sapo)

Assessoria
Técnica
Independente
ATI 39

NACAB
NÚCLEO DE ACESSORIA
ÀS COMUNIDADES ATINGIDAS
POR BARRAGENS

VIVER À SOMBRA DA BARRAGEM



Fotos: Samuel Medeiros

Depois do rompimento da barragem de Fundão em Mariana, no ano de 2015, e o rompimento no Córrego do Feijão, em 2019, a percepção sobre a segurança das barragens de rejeito mudou no país. Os danos humanos, ambientais e econômicos foram e são em escala industrial. A partir desses acontecimentos, foi criada uma nova política de segurança de barragens, tendo como principal medida a aprovação, em 2019, da lei estadual “Mar de Lama Nunca Mais”.

A nova lei veta o uso do método de alteamento a montante – técnica que utiliza o próprio rejeito na construção das barragens; exige maior rigor com relação ao descomissionamento de barragens e proíbe a construção em locais onde os rejeitos possam atingir comunidades próximas, na chamada Zona de Autos-salvamento (ZAS). A ZAS é definida a partir da barragem por duas distâncias: 10 quilômetros ao longo do curso do vale; ou, a porção do vale passível de ser atingida em 30 minutos, caso haja um rompimento.

Das 11 comunidades assessoradas pela ATI 39 Nacab, 2 são consideradas parte da ZAS: Passa Sete, localizada a 3,9 quilômetros da barragem; Água Quente, localizada a 5 quilômetros. Porém, a comunidade de São José do Jassém, localizada a 12 quilômetros (de acordo com a mineradora), luta pelo reconhecimento enquanto ZAS. A comunidade solicita um novo estudo, já que os moradores consideram a distância do leito do rio.

A barragem, além disso, está situada dentro da área operacional da Anglo American, que abrange os municípios de Conceição do Mato Dentro e de Alvorada de Minas.

Diante disso, qual a percepção das pessoas que moram em uma ZAS?

Elizete Pires de Sena, 22 anos, moradora da comunidade de Passa Sete, conta que não se lembra muito bem da construção da barragem, mas que, à época, ouvia as pessoas comentarem. “Morava um tio meu lá e a gente passava no meio da estrutura para ir lá na casa dele, a gente via a construção”, ela afirma.



Elizete Pires de Sena.

Kátia Firmino Neves.



O local onde se encontra a construção, aliás, era onde boa parte de sua família morava. Ela conta que, antes da vinda da mineradora, o cotidiano na comunidade de Passa Sete era muito bom. “Todo final de semana a gente saía daqui de casa e ia a pé pela trilha, ficava lá um tempão... A gente era mais unido, tinham várias festas. Eu era pequena na época, mas lembro bastante. Ficava na casa da família, ia para o rio, para cachoeiras... Juntava todo mundo e ia para a cachoeira do Passa Sete, onde hoje é a barragem”.

Além da convivência com o barulho e da proximidade da barragem, ela aponta que a perda da segurança na MG-10 também é um dos impactos sofridos pela comunidade. Quando os moradores caminham por dentro da própria comunidade, não sentem da mesma forma a presença da mineradora como pela rodovia, que antes era muito utilizada para o deslocamento a pé. Além do aumento do tráfego de caminhões e caminhonetes, ela não se sente mais segura, enquanto mulher, de pas-

sar sozinha ou a pé pela estrada.

A moradora lembra que, desde 2008 acompanhava a sua mãe – dona Darcília –, na luta por direitos com relação à mineração. Mas foi a partir de 2015, com o desastre-crime de Mariana, que conheceu a fundo o movimento, compreendeu o contexto e se engajou na luta da região. Elizete afirma que a mãe foi um exemplo nesse processo.

Para Kátia Firmino Neves, 31 anos, moradora da comunidade de São José do Jassém, a tragédia de Mariana despertou nela e em outros moradores a necessidade de entender melhor a barragem. “Eu sempre morei aqui no Jassém e todos os meus familiares são daqui. A gente nasceu e foi criado aqui, e a gente até então via a mineradora como um progresso. Mas, em relação ao que aconteceu em Mariana, a gente ficou assustado e preocupado em saber mais sobre a barragem, em saber como funciona e em saber, também, se tudo o que a mineradora passava para gente de informação era tudo o que a gente tinha que saber, tudo o que a gente tinha o direito de saber. E a gente percebeu que não”.

O descontentamento e a quebra de expectativa citados pela Kátia são dois sentimentos comuns aos moradores da região. A espera de que a mineração traria empregos e uma qualidade de vida melhor para todos foi frustrada: “a maioria das pessoas da comunidade não tem acesso a emprego na mineradora, não tem acesso a nada, porque eles dizem que as pessoas daqui não são capacitadas para trabalhar. Eu acho que, se as pessoas não estão capacitadas, vamos capacitá-las, né?”.

Ela relata que, após Mariana e Brumadinho, não passou um dia sem pensar na barragem de rejeito. “A gente não consegue, porque é a nossa realidade. Quando a gente não quer pensar, tem fatos que fazem a gente pensar, então é a todo instante, a cada conversa que a gente encontra com o vizinho na rua, ali e aqui, o assunto é sempre o mesmo”.

Ao longo do último ano, houve um processo de esvaziamento da comunidade de Água Quente, vizinha de Passa Sete e São José do Jassém, em que muitos atingidos negociaram com a mineradora. Antes do esvaziamento, as crianças de Água Quente estudavam nas escolas de Jassém.

Kátia, que é auxiliar de serviços básicos na Escola Municipal da comunidade há 8 anos, conta que presença da barragem também ocupa as mentes dos pequenos. “Quando soou a sirene da Água Quente, que a gente tinha tantos alunos de lá, os meninos ficavam todos com medo, não tinha condição. Os meninos vinham pra cá, começava a chover, eles ficavam apavorados. E como eles ouviram a sirene tocar lá, como você vai conseguir levar segurança para esses meninos? A gente fica muito preocupado em relação a isso, até com o psicológico dessas crianças, porque se para gente já é difícil, imagina pra eles!”.

Esse esvaziamento, além disso, é resultado não só do cansaço dos moradores, mas também do medo de viver a poucos quilômetros de uma barragem. “A gente vive em constante medo aqui, ainda mais com esse período de chuva, foi muito medo mesmo e a gente vai vivendo assim...”, afirma Elizete.



Com a saída dos moradores vizinhos, que também fazem parte de sua família, Elizete sente que a comunidade fica ainda mais abalada. “São duas comunidades [Água Quente e Passa Sete], mas meio que é uma só. É triste ir em Água Quente e não ver nenhuma casa mais, as coisas que tinham lá, as festas dos finais de semana. E distancia a família, porque a gente fica aqui e custa a ver, ou nem vê”.



Parte da comunidade de Passa Sete.

“Morar embaixo de uma barragem é só para quem vive mesmo, porque é difícil”.

Elizete Pires de Sena, moradora de Passa Sete

Fotos: Samuel Medeiros



Parte da comunidade de São José do Jassém.

De acordo com a moradora de Passa Sete, além disso, não existe um diálogo efetivo entre a Anglo American e a comunidade, no sentido de apresentar devolutivas sobre os critérios de segurança da barragem.

Apesar do cansaço mencionado, ela afirma que está motivada a seguir na busca pelos direitos da comunidade, tentando traçar novos caminhos. Cada avanço no processo, para Elizete, é uma conquista. Ainda assim, o seu dia a dia, assim como o de Kátia, é marcado pelo medo constante da presença da mineração. Ela afirma que é impossível não lembrar que vive a jusante de uma barragem de rejeitos, especialmente nos períodos de chuva:

“Mesmo se a gente tentasse, não dá, porque sempre tem algum barulho, seja de caminhão, seja de desmonte de rocha, logo já vem na cabeça a barragem. Qualquer barulho que a gente não sabe o que acontece aqui, a gente já pensa ‘ai, meu Deus, essa barragem’. Então a gente fica sempre em alerta, ainda mais com essas chuvas, acho que foi o que fez mais grudar na cabeça da gente, a gente fica com mais medo ainda”.

Ela comenta que as pessoas ficam surpresas quando ela fala que mora em uma comunidade considerada parte da ZAS, principalmente com relação ao volume de rejeitos que ela comporta, que é significativamente maior do que das barragens que romperam em 2015 e 2019. “Morar embaixo

de uma barragem é só para quem vive mesmo, porque é difícil”, afirma.

Kátia também aponta a necessidade de um treinamento de rotas de fuga específico para o colégio. Ela participou dos simulados na comunidade, porém são situações diferentes. “Nós somos 3 funcionários. Se acontece um acidente, como que a gente vai se salvar e salvar as crianças? Porque até então não se teve nenhum treinamento nas escolas”, e completa que, nesses dias de chuva, “a gente tenta acalmar as crianças, mas é coisa que a gente nem consegue para si próprio, porque a gente mesmo já está estruturalmente abalado com a situação, a gente já tá com medo, e passar segurança para criança é difícil”.

A moradora de São José do Jassém e sua família (o marido e o filho de 13 anos) têm a intenção de serem realocados da comunidade, e afirma que o reassentamento coletivo é um desejo comum em Jassém, para viver em tranquilidade. Contudo, sair da terra que viu gerações de sua família, não é fácil. “É muito difícil ter chegado nesse ponto, para a gente chegar nesse ponto foi um auge de muito desespero e de medo mesmo, porque temos raízes aqui, as nossas memórias estão aqui, de tudo... Eu falo que a gente fica emocionado quando a gente fala que tem que sair daqui, porque é o lugar em que a gente sempre viveu, e não seria a vontade da comunidade sair, se não fosse a situação que a gente tá vivendo”, afirma.

ATI 39 VISITA ROTAS DE FUGA

No mês de fevereiro a ATI 39 Nacab percorreu cinco rotas de fuga da barragem de rejeitos do complexo Minas-Rio. Nos meses seguintes, a assessoria vai continuar essa ação com o objetivo de apresentar um parecer técnico sobre as condições reais das rotas de fuga e sua trafegabilidade.

A percepção inicial da equipe é que existem rotas de fuga muito cansativas; longas; trechos bem íngremes que dificultam a acessibilidade; rotas que, em dias de chuva, se encontram alagadas e que dificultam a locomoção devido ao tipo de terreno. Apesar dos problemas, existe, sim, a possibilidade de melhoria na visão dos colaboradores, mas estas proposições necessitam ser avaliadas e discutidas com os moradores da região das respectivas rotas. Além disso, no mesmo mês, a Anglo American apresentou nova versão do Plano de Ação de Emergência para Barragens de Mineração (PAEBM), que está em revisão, sendo necessário finalizar o estudo deste documento pela equipe da ATI para outras análises e críticas.



Um dos caminhos das rotas de fuga localizadas em São José do Jassém.

Fotos: Samuel Medeiros

O que é uma Rota de Fuga?

Com nome autoexplicativo parece não haver espaço para dúvidas quanto ao uso das rotas. No contexto de uma barragem de minério, é o caminho para escapar com vida em caso de rompimento e outras emergências. Contudo, ela possui algumas características de acordo com a IT CEDEC 01/2021: caminho seguro, que apresente boas condições de trafegabilidade a pé, que deve ser percorrido pelas pessoas que estão dentro da área de risco em direção à área segura” ressaltando a necessidade de que a rota precisa ser percorrida a pé.

Além disso, a rota precisa possuir boa sinalização, boas condições para locomoção (atendendo as regras de acessibilidade), conhecimento prévio da comunidade local e de acordo com legislação é preciso ter tempo necessário para evacuação; que seja o trajeto mais curto e acessível até o ponto de encontro e estabelece que as rotas de fuga não podem ser menores do que 1,2 metros de largura para evacuação.

A criação das rotas de fuga presentes nas comunidades que a ATI 39 Nacab assessora foram definidas com base no conhecimento do território (topografia, vegetação, estradas, caminhos, cursos d’água, etc) analisado pela Anglo American seguindo a legislação vigente e estão dispostas no PAEBM da barragem do complexo Minas-Rio.



Nivaldo São Pedro Machado, 48 anos, morador da comunidade do São José do Jassém, comenta que conhece todas as rotas da região perto da sua casa e já participou do treinamento da Anglo American sobre o assunto. Entretanto, uma rota ele admite que não tem capacidade de percorrer: “a rota de baixo”. E aponta a necessidade de que o caminho seja acessível e de fácil trânsito. Seria necessário não apenas a limpeza de matos, precisam ficar no jeito (limpa) para quando for necessário usar (em caso de emergência)”. Também, questiona a viabilidade de algumas por não levar em conta a realidade de moradores e crianças da comunidade que podem ficar para trás, e cita que a rota de fuga da Igreja é “pior” e a que considera melhor pode ser que “100% consigam escapar ou 100% podem não escapar”.

O documento tem um compilado de informações sobre ações a serem feitas pela mineradora nas comunidades e áreas como a criação e mapeamento das rotas de fuga. Todas essas informações contidas nele sobre evacuação, descrição das áreas de riscos e locais seguros precisam ser publicizados à população e a Defesa Civil instrui que seja de vários modos: através de meio digital (sites oficiais); materiais informativos educativos dispostos na Zona de Autossalvamento (ZAS) em pontos de acesso público (escolas, postos de saúde, entre outros); fornecer à prefeitura material destinado para população que está em áreas sujeitas à inundação e conhecimento geral sobre segurança de barragens; a mineradora junto com a prefeitura deve promover, pelo menos uma vez ao ano, atividades ligadas à cultura de prevenção para crianças e jovens (seminários, workshops) nos municípios localizados na ZAS, preferencialmente nas comunidades e locais potencialmente afetados; e obrigatoriamente, no mínimo uma vez por ano, realizar reuniões públicas com cada comunidade ou setores de risco, voltadas ao esclarecimento de dúvidas, divulgação dos procedimentos de segurança e preparação nas mesmas localidades.

Além do parecer técnico, a equipe da ATI 39 Nacab está realizando oficinas sobre o PAEBM e comunicação de risco nas comunidades assessoradas. Se você tem dúvidas sobre este e outros temas ligados à mineração e à ação da ATI39 junto às comunidades, entre em contato com nossa equipe.



Pontos de encontro de duas rotas localizadas na comunidade de São José do Jassém.



Oficina sobre o PAEBM com a comissão de São José do Jassém, que aconteceu no dia 09/02.



Primeira semana de capacitação das comunidades atingidas. No print, está a oficina que aconteceu no dia 24/02, com as comunidades de Itapanhoacanga, São José do Arruda e Taporoco.

RESUMO DO MÊS

No mês de fevereiro, a nossa equipe realizou diversas atividades junto às comunidades e demais instituições envolvidas no processo da Condicionante 39. Destacamos o encontro da equipe Técnica com a Secretaria de Obras do município de Alvorada de Minas, que dialogaram sobre o abastecimento de água na comunidade de São José do Jassém. Além disso, tiveram encontros para prestar esclarecimentos sobre o abastecimento de água na comunidade do Sapo.

Também, aconteceram capacitações sobre o PAEBM em Passa Sete e em São José do Jassém. E a equipe realizou uma articulação com o Circuito dos Diamantes, para tratar a demanda sobre turismo de base comunitária em Itapanhoacanga.

Iniciamos, também neste mês, as Semanas de Capacitação das comunidades atingidas, que estão sendo organizadas pelo Grupo de Trabalho (GT) Formação e Capacitação. As oficinas, de temas diversos, irão acontecer de forma virtual até o dia 14/04. Elas são um espaço para que as equipes e as comunidades possam dialogar sobre o que é ser atingido, sobre as instituições que participam do processo da ATI, sobre negociação e comunicação não violenta, patrimônio cultural, reassentamentos, entre outros.

A primeira oficina foi ministrada entre os dias 22/02 e 24/02 pela Coordenadora da equipe de Mobilização, Engajamento e Participação Social, Hellen Margarida, e pelo Analista Jurídico, Guilherme Jaria. Eles conversaram com cada participante atingido sobre “O que é ser atingido?” e quais são os direitos e deveres dos moradores das 11 comunidades assessoradas.

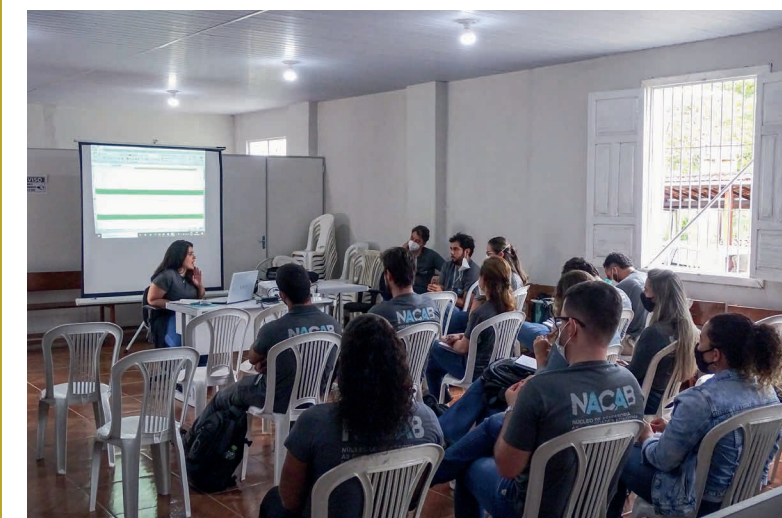
Essas oficinas têm o objetivo de informar, capacitar e fortalecer as comunidades para que, a partir dessas trocas e, com o auxílio da Assessoria Técnica Independente, possam reivindicar os seus direitos, dialogar com os atores e buscar a garantia da qualidade de vida de cada morador.

Participe conosco das reuniões.

A sua contribuição é fundamental!



Capacitação interna da ATI 39 sobre o Plano de Trabalho.



Capacitação interna da equipe Técnica.



Capacitação interna da equipe sobre o RDA.



Assessoria
Técnica
Independente
ATI 39

NACAB
NÚCLEO DE ACESSORIA
ÀS COMUNIDADES ATINGIDAS
POR BARRAGENS